



Revista Symposium

GLOBALIZAÇÃO E CRISE DO TRABALHO

Desenvolvimento técnico e desumanização na sociedade capitalista pós-moderna*

Fernando Magalhães**

Resumo: o propósito deste ensaio é demonstrar, de forma bastante concisa, que a globalização, ao invés de levar conforto material às populações, tem provocado uma grave crise na esfera do trabalho – cujo principal veículo dessa crise é a tecnologia –, aprofundando o domínio do capital por outros meios não convencionais. Assim, somente uma ética diferenciada daquela das sociedades tradicionais será capaz de promover uma renovação social e, aliada à política, oferecer um novo padrão de conduta ao homem contemporâneo.

Palavras-chave: globalização, trabalho, tecnologia e ética.

Abstract: The objective of this essay is to demonstrate, in a very concise way, that globalization, instead of taking material well-being

* Este trabalho é uma reprodução mais extensa e com algumas modificações da palestra proferida durante a XIX Semana de Filosofia da Universidade Católica de Pernambuco, em outubro de 1998.

** Fernando Magalhães é professor de Filosofia e Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco.

to the populations, has caused a serious crisis in the employment area. The main reason for this is technology which widens the domination of capital through other non-conventional means. So, only an ethical approach different from that of traditional societies can promote social renewal and, together with politics, can offer a new model of behavior to contemporary human-beings.

Key words: globalization, employment, technology, ethics.

Premissa

Nessas últimas décadas, o mundo defronta-se com uma série de transformações - econômicas, políticas, culturais e tecnológicas - que afetam todas as áreas do conhecimento e modificam o comportamento das nações e dos homens. A ciência, particularmente no campo das comunicações e da eletrônica, introduziu inovações que alteraram profundamente o modelo de sociedade que conhecêramos até alguns anos atrás. Adicionalmente, as modificações operadas em nível internacional, notadamente a partir de 1989, com a queda do Muro de Berlim e a desagregação dos países do bloco socialista, mudaram a fisionomia político-ideológica do planeta, levando a grande maioria dos teóricos e estadistas a enxergar, no milênio que se aproxima, uma nova ordem mundial, um sistema político internacional pacífico e economicamente mais rico.

Esse otimismo, avalizado pela tradição do pensamento liberal contemporâneo, desperta o entusiasmo de boa parte dos intelectuais e homens públicos do nosso tempo, que compreendem a época que vivemos como algo diferente de todos os regimes políticos precedentes, um processo inteiramente diverso de toda a história da humanidade. O próprio Ministro das Relações Exteriores de Israel, à época, Shimon Perez, chegou a declarar à revista *BusinessWeek*, de 24 de janeiro de 1995, que não estávamos entrando em um novo século, mas numa nova era. Quatro anos antes, quando a guerra contra o Iraque chegava ao fim, o presidente americano George Bush afirmava que o mundo caminhava para uma nova ordem internacional.



Podemos mesmo dizer que essas não eram – ou não são – idéias isoladas, que faziam e fazem parte do que alguém já chamou de “espírito da época”, cujo principal profeta desse futuro idílico é o ex-Assessor do Departamento de Estado norte-americano, o escritor nipo-americano, Francis Fukuyama.

Esse “espírito” moderno domina quase inteiramente a mentalidade do homem contemporâneo e traduz – em forma de filosofia política e teoria econômica – a maneira de pensar e agir dos indivíduos das sociedades atuais. Assim, a comunidade universal une-se a uma economia globalizada, tornando o mundo unificado e homogêneo, sob o império de uma única ideologia – a do mercado. Esse processo que vivenciamos no momento não possui uma denominação unívoca nem mesmo se encontra acabado em seus aspectos estruturais básicos. Seu arcabouço ideológico está relativamente formado, mas seus alicerces são ainda frágeis e pouco sólidos. Variam entre uma espécie de *laissez-faire* e intervencionismo econômico, embora este atue à margem da área social. Esse fato pode ser demonstrado pelos investimentos nos setores militares, nos Estados Unidos, ou o socorro às instituições bancárias falidas no Brasil.¹ Contudo a anatomia pretensamente irrepreensível desse modelo não consegue ocultar as imperfeições submersas em suas próprias bases. Mas, afinal, que modelo é esse e o que ele representa para nós, cidadãos cosmopolitas de fim de milênio? Até que ponto a ordem que se prenuncia no século XXI corresponde às expectativas dos visionários da “nova era”? Tentaremos, aqui, enfrentar, brevemente, essas pequenas questões, mas com a consciência de que encontraremos grandes dificuldades em obter respostas definitivas.

Economia, ciência, progresso

As dificuldades começam pelo próprio conceito. Trata-se de algo vago, indefinido, discutível. Embora possua uma variedade de denominações – nova ordem mundial, globalização, mundo único, Estado universal etc. – o sistema político internacional emergente expressa-se mais por imagens do que por definições, isto é, reproduz a idéia

de um mundo tecnologicamente evoluído, próspero e aberto à ilimitada possibilidade de acumulação de bens materiais. Essa visão do futuro como uma nova Idade de Ouro do capitalismo – que por uma questão de simplificação chamaremos aqui generalizadamente de *globalização* – que tanto entusiasmou os intelectuais e ainda atrai a atenção dos teóricos e das populações em todo o mundo, sustenta-se, evidentemente, na vitória do liberalismo em escala planetária. A restauração do pensamento liberal em proporção gigantesca, o fracasso do sistema econômico dos países do Leste europeu e a aparente prosperidade dos regimes capitalistas e democráticos do Ocidente fizeram com que as sociedades deixassem de acreditar num projeto de economia coletivizada e passassem a crer que a única esperança de promover o desenvolvimento social é o mercado.

É fácil entender a ânsia por esse crescimento capitalista acelerado. A fraca economia soviética já tinha dado demonstrações de sua debilidade enquanto o dinâmico mecanismo econômico americano, ancorado no desenvolvimento de avançadas tecnologias, produzia certo nível de riqueza, o bastante para atender à demanda de seus cidadãos, satisfeitos com o padrão de vida criado pelo capitalismo. É verdade que a economia soviética pagava o alto preço de seu excessivo intervencionismo e pelo demasiado deslocamento de recursos para financiar seu programa de defesa contra o projeto espacial americano denominado Guerra nas Estrelas.

No entanto, diante da assustadora conjuntura da estrutura social dos países do antigo bloco socialista, ninguém procurou indagar se o sistema capitalista ocidental também detinha uma vitalidade capaz de sobreviver às suas tradicionais crises, ou se o volume do capital disponível no sistema monetário internacional seria suficiente para atender à demanda dos próprios países industrializados e ajudar, de modo eficaz, as economias emergentes em casos especiais. Perry Anderson chegou a comentar que, se as pessoas na Terra possuísem a mesma quantidade de bens materiais (ele resume esses bens em geladeiras e automóveis) que as da América do Norte e da Europa Ocidental, o planeta ficaria inabitável, porquanto a *ecologia global*



do capital exige, para que se mantenha o privilégio de poucos, a miséria de muitos.²

Mas a ideologia, isto é, o poder das idéias dominantes, é mais forte do que a própria realidade. A ideologia, no caso, comprova a vitalidade do sistema, porque a força dos estratos eleitoralmente satisfeitos – o que, na verdade, devemos reconhecer, estes já não são tão pequenos nos países pós-industriais³ – demonstra que uma sociedade tecnologicamente desenvolvida pode oferecer um padrão de vida a seus cidadãos de que nenhuma outra sociedade é capaz. Infere-se daí, que a condição para alcançar a prosperidade não pode ser outra senão aquela que a história comprovou, de forma inegavelmente empírica, possuir a capacidade de produzir riquezas; e essa produção tem uma única via – a competição forjada pelo mercado e pelo desenvolvimento técnico-científico.

Essa concepção de progresso tem sido partilhada por um grande número de intelectuais e estudiosos da política e das ciências humanas em geral. Aquele que foi provavelmente o primeiro grande pensador da burguesia, o filósofo Thomas Hobbes, depositava grandes esperanças naquilo que conhecemos nos dias de hoje por tecnologia e que ele chamava de *ciência*. No *De Cive* (Epístola Dedicatória) e no *Leviatã*, ele descreve todas as vantagens que a ciência trouxe para o homem.⁴ Essa preocupação de Hobbes com o progresso técnico mereceu atenção de um conhecido historiador inglês que, em seu último livro, salientou o fascínio de Hobbes pelo avanço técnico e pelas descobertas científicas do século XVII.⁵ Esse interesse de Hobbes foi notado, também, por uma professora da Universidade de Rosário, na Argentina, para quem o filósofo esperava que o esclarecimento fosse um guia para a prosperidade.⁶ É verdade que Hobbes não via com bons olhos o excesso de concorrência e, ainda que o Estado tivesse como objetivo o controle desenfreado da paixão pela competição, o filósofo não colocava obstáculos ao seu desenvolvimento, pois era esse o caminho para a acumulação de riquezas e da felicidade.

Em nossos tempos, os economistas da chamada Escola de Chicago propunham, já no início da década de 70, o retorno ao Estado mínimo, a

ausência do poder público na condução das questões sociais e uma agressiva investida na iniciativa privada como forma de alimentar o progresso e desobstruir as contas públicas sobrecarregadas pelo comprometimento dos governos com os problemas sociais. Havia, porém, alguns obstáculos que impediam o desenvolvimento maior dessa idéia e, portanto, de sua prática. O denominado “socialismo real”, pelo menos até quase o final da década de 80, não dava mostras de fraqueza e a ciência, ainda que caminhasse a passos largos, não despertara, até então, para os mecanismos “revolucionários” que mais tarde agilizariam a transferência do capital de um hemisfério a outro numa velocidade jamais imaginada pelos economistas e cientistas de todos os matizes.

Racionalidade pós-moderna: o *continuum* da dominação

A rapidez com que se deu o desenvolvimento da microeletrônica e da informática, modificou, consideravelmente, as formas pelas quais se processava o movimento do dinheiro. A produção deu um salto para a área do conhecimento, internacionalizando não só o próprio capital, que passou a se locomover em ritmo alucinante, como também globalizou a informação. O mundo tornou-se uma aldeia global e a rede de computadores um posto de trocas instantâneo. O sistema de telecomunicações aproximou pessoas e povos e abriu espaço para que a informação tornasse o modo de vida moderno mais cômodo. Marcuse já havia percebido, por volta dos anos 60, que o trabalho se tornara menos penoso. Mas a diminuição da intensidade do trabalho consumido desfaz-se à medida que se descobre que “a fadiga muscular é substituída pela tensão e pelo esforço mental”⁷, que a liberação que a tecnologia permite para que se possa dispor de menos tempo de trabalho ao invés de trazer benefícios para o trabalhador faz com que o capital se aproprie do conhecimento da ciência para aumentar, por outros meios, o tempo de sobretrabalho.⁸

Assim, a mesma tecnologia que traz afluência às sociedades industriais torna-se responsá-



vel não apenas pela alienação do trabalhador, mas também pela sua desumanização e por um motivo muito simples. As sociedades contemporâneas giram em torno da técnica e “onde quer que o fator técnico exista resulta, quase que inevitavelmente, em mecanização. A técnica transforma tudo que toca em máquina”.⁹ E a máquina é anti-social, nas palavras de Lewis Mumford, pois ela tende, em razão de seu caráter progressivo, a formas mais agudas de exploração humana.¹⁰ O conceito de exploração, entretanto, tem sido mal entendido e, não raro, é atribuído ao esforço físico e ao desgaste a que o trabalhador se submete no processo produtivo.

Omite-se, no caso, a exploração do indivíduo enquanto ser humano; não apenas a exploração do corpo, como se quer fazer crer, mas da mente e de sua própria essência enquanto homem. O processo técnico “coisificou” o sujeito ao eliminar sua consciência, à medida que “o industrialismo coisifica as almas”.¹¹ Adorno e Horkheimer explicam essa coisificação a partir do tipo de racionalidade tecno-econômica à qual o homem das sociedades industriais está vinculado:

*“O aparelho econômico, antes mesmo do planejamento total, já provê espontaneamente as mercadorias dos valores que decidem sobre o comportamento dos homens. A partir do momento em que as mercadorias, com o fim do livre intercâmbio, perderam todas as qualidades econômicas salvo seu caráter de fetiche, este se espalhou como uma paralisia sobre a vida da sociedade em todos os seus aspectos. As inúmeras agências de produção em massa e da cultura por ela criada servem para inculcar no indivíduo os comportamentos normalizados como os únicos naturais, decentes, racionais”.*¹²

Esse tipo de racionalidade faz com que a sociedade se torne alienada de si mesma.¹³ Marcuse compreendeu muito bem a direção que tomava o mundo contemporâneo ao afirmar que “a sociedade que projeta e empreende a transformação tecnológica da natureza altera a base de dominação pela substituição gradativa da dependência pessoal(...)pela dependência da ordem objetiva das coisas (das leis econômicas, de mercado etc.)”¹⁴.

Em resumo: a tecnologia transforma-se no grande veículo de expoliação em sua forma mais madura e eficiente. O avanço da ciência, especialmente da informática, proporcionou uma revolução na estrutura do conhecimento que ampliou o caráter da dominação, tanto técnico quanto econômico. Predomina, hoje, na sociedade ocidental, um conjunto de valores que reforça a aplicação instrumental de conhecimento no mercado, propiciando uma ação em si mesma.¹⁵

Em consequência dessa mudança tecnológica, alterou-se, igualmente, a estrutura do poder, passando esse a ser exercido, agora, transnacionalmente, através da economia global.¹⁶ O poder tende a agir mais velozmente por meio dos instrumentos informacionais, mas isso não significa que a ciência liberou o homem de sua dominação. Transferiu o *locus* instrumental pela qual ela se processa, mas manteve, em si mesmo, o objeto sobre o qual mantém o domínio – o próprio homem. Esse permanece, para utilizar a expressão de Kant, sendo usado como puro meio, dominado pela presença ostensiva da máquina, pela idéia de consumo produzida pela manipulação da informação, principalmente para a abertura de produtos do mercado.

A vida torna-se técnica mecanizando o trabalho humano e o próprio homem. O mais grave em tudo isso, porém, é que, em paralelo ao desenvolvimento técnico, ocorreu uma espécie de involução nas estruturas políticas e econômicas das sociedades ocidentais. As ultramodernas sociedades da era da informática não acompanhou a forma de Estado predominante nos últimos vinte ou trinta anos. Eliminado do novo padrão mercantil mundial, povoado pelo chamado espírito de mercado, o Estado do Bem-Estar Social cedeu lugar ao mesmo tipo de relação vigente no antigo liberalismo, em que a questão social é abandonada em função do produtivismo e do livre comércio.

O trabalhador perde, progressivamente, o amparo da legislação que, durante boa parte deste século, protegeu sua atividade profissional e se sente ameaçado, cada vez mais, pela técnica que antes parecia ser colocada a seu serviço. A reação tecnológica processa-se, agora, de forma amplamente desalentadora, embora, à primeira vista,

consiga iludir, até mesmo o mais atento observador. O sociólogo Otávio Ianni, por exemplo, considera que “a globalização do capitalismo provoca novo surto de desenvolvimento no mercado de força de trabalho”, contribuindo para o crescimento dos movimentos de trabalhadores em escala nacional, continental e mundial.¹⁷ Dificilmente, porém, os trabalhadores conseguirão, nas atuais condições, reunir-se em torno de alguma organização ou criar movimentos atuantes tanto no interior das nações como em âmbito internacional. Na esfera doméstica, a globalização, isto é, o projeto neoliberal, tem desmontado, gradualmente, as organizações trabalhistas transformando-as em sindicatos de resultados, fragmentando suas forças políticas por meio do discurso sobre a necessidade da competição como motor propulsor do desenvolvimento econômico e social, ou mesmo pelo terror. Instaura-se, entre os trabalhadores, o receio de, num momento de crise, perder seus empregos.

Do ponto de vista internacional, é ainda menos provável qualquer tipo de agrupamento mais coeso, uma vez que o capital viaja, agora, pela rede de computadores, deslocando-se velozmente através de seu próprio *equivalente eletrônico* – a forma simbólica do dinheiro – enquanto os movimentos sociais ou as organizações sindicais encontram obstáculos nas fronteiras nacionais.¹⁸ A globalização é uma realidade quando a encaramos como transnacionalização do capital e da informação, mas encontra seus limites na estrutura do poder dominante em todo o mundo que ainda é o mesmo do velho capitalismo, só que agora internacionalizado e materializado nas instituições técnicas e econômicas da pós-modernidade: a Informação, o FMI e o Banco Mundial. Há, contudo, um outro argumento que põe por terra as ilusões de uma sociedade informatizada e afluente oferecendo acesso fácil ao consumo de bens materiais em abundância. Ao contrário do que muitos acreditam, o avanço técnico tem sido responsável por grande parte do desemprego em todo o planeta, e por uma razão bastante compreensível.

Diferentemente da maquinaria da Primeira Revolução Industrial, o indivíduo pós-moderno não se resume a alimentar a máquina ou vigiá-la passivamente; passa a controlá-la, prevenir seus defei-

tos, otimizar seu funcionamento, enfim, realizar uma série de atividades intelectuais, o que implica, cada vez menos, trabalho manual.¹⁹ Nisso Ianni está certo. Mas é exatamente esse novo modelo de produção que incentiva o desemprego ao exigir sempre mais trabalho especializado. Os trabalhadores menos qualificados permanecem fora do processo produtivo, engrossando as fileiras dos deserdados sociais. José Queiroz exprime muito bem o processo de exclusão originado do avanço técnico.

*“No sistema pós-moderno de produção, computadores e robôs estabelecem um circuito rapidíssimo de informações, mensagens, comandos e execução de tarefas, encurtam a distância entre a direção das empresas e o produto final, diminuem os custos operacionais e garantem o triunfo das grandes companhias na concorrência internacional e nacional. A mão-de-obra, que caracterizava a produção “moderna” vai se tornando obsoleta e descartável, o que faz crescer, em todo o mundo, o número de excluídos do trabalho e, conseqüentemente, da sociedade”.*²⁰

Esse processo de desemprego e exclusão decorrente do desenvolvimento tecnológico é quase que universalmente aceito na literatura econômica, política e filosófica, e, inclusive, por periódicos internacionais especializados ou não. O tradicional semanário inglês, *The Economist*, em um de seus números – cujo artigo de capa se intitula “Tecnologia e Desemprego” – chegou a afirmar que “milhões de empregos foram destruídos pela tecnologia”, e que estes serão, realmente, tempos difíceis. No entanto acredita que os governos podem contornar a situação, promovendo uma melhoria na educação dos trabalhadores ou realizando treinamentos no sentido de remover os obstáculos a esse tipo de exclusão.²¹ Engana-se, porém, quem pensa solucionar a questão integrando trabalhadores numa área praticamente inacessível até mesmo aos mais instruídos, ou por intermédio de mecanismos educacionais, numa época em que o acesso às escolas e universidades é crescentemente desestimulado pelo projeto privatizante das instituições de ensino. O equívoco-

co maior é imaginar que o problema gira apenas em torno da tecnologia, quando a questão principal se situa, prioritariamente, na esfera econômico-política. É preciso notar, em primeiro lugar, que a chamada *high tech*

*“abrange um setor muito pequeno da força de trabalho (apenas 3% do total nos EUA) e, por isso, não se encontra em condições de oferecer empregos compensatórios àqueles expulsos de outros ramos da indústria”.*²²

A rigor, o próprio setor de computação e telecomunicações tem reduzido seu contingente de pessoal tanto nos períodos recessivos quanto nos de prosperidade.²³ Não é a tecnologia, portanto, que deverá, no futuro, ser a responsável pela retomada dos níveis de emprego. É verdade que a informática é o principal instrumento que tem acelerado as modificações e, por isso, é identificada como a grande causadora do desemprego. Em princípio, podemos mesmo considerar que ela é o *veículo* fundamental que contribui para o crescimento da crise do trabalho a que assistimos em nossos dias. Contrariamente ao que ocorre nos setores tradicionais da indústria – a mudança do padrão econômico obriga as empresas a se subutilizarem de robôs – a crise sobre-utiliza-se da informática nas operações financeiras, porque não existe limite no mundo das finanças, para o uso da automação.

Assim, quando o mercado é abalado por uma crise econômica, como vem acontecendo freqüentemente, não se deve exclusivamente à tecnologia. Ela acelera o processo porque a velocidade com que a informação é transmitida faz com que a crise se internacionalize mais rapidamente numa época de globalização. Entretanto a explicação para o aumento dessa crise²⁴ encontra-se na base econômica das sociedades pós-industriais. Naturalmente, a tecnologia “aniquila postos de trabalho”, porque as “taxas de incremento da produção e do consumo são baixas e por isso não são suficientes para absorver o aumento exponencial da produtividade imposta pela informatização”.²⁵ Mas o crescimento do desemprego é, sobretudo, um processo social,

*“estimulado pela necessidade capitalista de gerar reservas de desempregados, pressionar em direção do barateamento dos salários, aumentar a taxa de mais-valia...A nova população flutuante, latente e estacionária de homens sem trabalho não é requisito da informática, mas do capital”.*²⁶

O mecanismo do capitalismo pós-moderno age, dessa maneira, de modo semelhante ao de seu congênere do passado, reestruturado pela tecnologia avançada do nosso tempo. Para manter os trabalhadores em permanente concorrência e incentivar a diminuição dos salários, era necessário “cultivar”, de forma duradoura, um “exército industrial de reserva”, sempre pronto a entrar em ação ao mínimo sinal de alarme na produção. A sociedade contemporânea produz, hoje, uma espécie de *exército tecno-informacional de reserva* que aguarda o momento preciso de ingressar nas *tropas efetivas*. O problema é que a qualificação exigida impede, de saída, o acesso ao trabalho de boa parte desse contingente ocioso de mão-de-obra, além do que o estreitamento do mercado, provocado pela crise do capital especulativo, opõe barreiras à outra numerosa parcela de trabalhadores que, mesmo especializada, coloca-se fora do mercado e do processo produtivo internacional.

O dilema dos sobreviventes

Isso não significa que os sobreviventes sejam mais afortunados do que os que estão à margem no esquema da globalização. Obviamente, todo aquele que se acha predestinado – pela “sorte ou pela competência” – a ocupar uma vaga no processo de produção encontra-se mais à vontade em sua condição de “*incluído*” socialmente; ainda assim não pode considerar-se seguro em sua totalidade. O individualismo excessivo, nessa “guerra de todos contra todos”, já lhe furtou a humanidade. E mesmo na sua aparente segurança, o indivíduo das sociedades pós-modernas (ou pós-industriais) não se pode afirmar livre em seu cotidiano. A pós-modernidade impõe um padrão de vida ao sujeito contemporâneo que representa, para o seu universo, o que o *clip* significa para o mundo do



vídeo. A rapidez e a fragmentação humana é a reprodução do ritmo acelerado dos computadores e da televisão.

Marx já havia observado que a alienação é um processo que afeta as duas principais classes do capitalismo, mas a burguesia sente-se confortável na sua alienação. Nos dias presentes, parece que vivemos essa alienação em grau elevado. Somos o simulacro, a cópia imperfeita de um mundo “aparentemente perfeito”. E acabamos na incerteza global. Torna-se difícil saber se estamos sonhando acordados ou se percebemos a realidade apenas quando dormimos. Afinal, vivemos no mundo das imagens e do imaginário. A técnica transformou o homem numa máquina, isolando-o do seu ser, fragmentando seu espírito de reflexão, impondo-lhe o ritmo produzido pela mecanização. Assim, o homem esquece-se de que, ontologicamente, é um ser social. O maior problema para ele mesmo, no futuro, é saber como resgatar sua humanidade perdida no “fim da história”, que outra coisa não é aquilo que o filósofo francês Jean Baudrillard chamou de “o fim do social”.

Haveria uma fórmula precisa para reivindicar um novo tipo de sociedade, um espaço social diferente onde o indivíduo possua condições de desenvolver seu potencial humano sem subsumir-se ao controle da técnica? Tem-se como definido, nos dias correntes, que a época das utopias está ultrapassada, que a realidade é o único critério para se conhecer a verdade, e ignorá-la é perder-se no mundo ilusório dos labirintos sociais. Toda alternativa possível é, de saída, eliminada, impedindo a normatização de uma *sociedade de tipo novo*, uma sociedade organizada em termos de uma estrutura não capitalista onde, sem eliminar a individualidade – mas regulando o individualismo exacerbado – possa criar um substrato que repouse sobre pilares formados por uma argamassa social. Deve-se reconhecer, em princípio, que a tecnologia e a ciência são elementos valiosos definitivamente integrados na vida das sociedades pós-modernas e que, não obstante vários de seus aspectos negativos, são, efetivamente, instrumentos ou meios para o desenvolvimento social. Colocar esses instrumentos sob o controle da sociedade e democratizá-los deve ser o objetivo de todo aquele que busca evi-

tar a utilização do homem como simples meio.

Desde cedo, a técnica ignorou “o papel decisivo dos homens no rendimento das fábricas”, como se as máquinas tivessem condições de trabalhar por si próprias. Na França, em 1989, o índice de paralisações devido às panes era de 25% a 30%.²⁷ O problema, portanto, não é apenas reverter e aceitar passivamente a revolução tecnológica, mas transformar “as organizações, os princípios de administração, as relações culturais e as relações sociais”.²⁸ As propostas mais comuns procedem do campo da política e da ética. A sugestão de democratizar a informação é, atualmente, uma das exigências prioritárias para garantir seu acesso a todos os cidadãos. Para Lacroix, “a atual relação de forças entre cidadãos e poderes públicos e privados é demasiado desigual”.²⁹ Com efeito, as decisões concentram-se nos principais aparelhos privados e públicos de hegemonia, verticalizando e hierarquizando as informações, inclusive filtrando-as de acordo com os interesses dos grandes grupos econômicos e financeiros.

Pierre Calame levanta a possibilidade de se construir uma “nova ética da ciência” a partir da redistribuição do conhecimento. Seria o caso de questionar os métodos científicos, a relação entre pesquisa e ação e as prioridades atribuídas à pesquisa. Repensar a ciência é, segundo ele, a capacidade para inventar processos (e não produtos) que permitam que os homens concebam e façam funcionar os novos modos de regulação, ao mesmo tempo políticos, jurídicos, institucionais e técnicos.³⁰ Calame tem razão, à medida que, até o momento, a tecnologia tem-se colocado a serviço do capital e não da sociedade. A atenção prestada às doenças, por exemplo, dá-se prioritariamente em locais onde existe um mercado próspero³¹ para atender não às necessidades dos cidadãos, mas às dos grandes laboratórios farmacêuticos.

Lacroix, porém, tem razão numa coisa. A despeito do grande poder de decisão concentrado nos aparelhos de hegemonia e dominação, “as tecnologias de processamento de informação também permitem o emprego de métodos de decisão mais transacionais e coletivos”.³² A Internet é hoje um instrumento de grande fluxo de informações de difícil controle por parte das autoridades. A “pro-



liferação de arquivos” torna mais difícil o exercício da censura e diminui as possibilidades de um controle total a exemplo do modelo *Big Brother*. Ainda assim, a rede mundial de computadores é insuficiente para democratizar a informação por meios exclusivamente tradicionais. A exploração (em seus vários sentidos) e a desumanização do trabalho tenderão a permanecer latentes nas sociedades pós-industriais enquanto perdurar o *ethos* que subordina o homem ao processo produtivo do sistema de mercado. Uma nova ética da ciência só se torna possível fora dos padrões estabelecidos pela sociedade contemporânea.

Renovar a política – uma nova ética social

Existem, em certa medida, dois caminhos viáveis para a transformação do pensamento social que domina a grande maioria das populações de nosso tempo. Um, que se poderia chamar de via política, possui uma dupla dimensão. A primeira dimensão faz parte de um processo que alia luta parlamentar e conscientização da sociedade civil, através de um movimento capaz de congrega as classes eleitoralmente insatisfeitas, mas se encontram integradas ao processo de globalização. Até certo ponto, isso vem ocorrendo nos países mais adiantados economicamente, como demonstram as eleições na Inglaterra, Alemanha e Itália. A segunda dimensão é a mais difícil, embora mais importante. Trata-se de absorver o potencial “revolucionário” dos excluídos para canalizá-lo em direção a transformações mais profundas e eficazes. Isso não significa a ocorrência de levantes, sublevações e insurreições à moda antiga. O que se quer dizer é que o contingente populacional dos “deserdados sociais” é suficientemente numeroso para que se exerça uma pressão organizada e não institucionalizada, isto é, a partir de fora, contra os poderes constituídos.

O outro caminho – falo aqui do ponto de vista ético – é mais complexo, mas não menos importante. Complexo porque a ética não é um elemento que possa separar-se facilmente da política sem causar um certo embaraço. Se de um lado poderíamos correr o risco de situarmo-nos numa esfera estritamente abstrata, de outro lado podemos

chegar ao perigo de incorrerem num cinismo político bem próximo da “*Realpolitik*”. O reducionismo a qualquer uma dessas categorias é frustrante. Adolfo Sánchez Vázquez demonstrou, há mais de trinta anos, que o moralismo absoluto conduz à impotência política ou à renúncia à ação, do mesmo modo que o realismo político leva ao predomínio da agressão, do engano e da violação dos compromissos em nome da legitimidade dos fins.³³ Vázquez, porém, não apontou qualquer solução para o problema senão uma vaga identificação entre a necessária aliança da moral com a política.

O que fazer, então? Agnes Heller já havia advertido que “oferecer aos indivíduos postulados e princípios morais como guia para a escolha é uma obrigação que nenhuma filosofia da práxis pode ignorar³⁴, mas esses princípios não podem ser construídos inteiramente por uma filosofia. Eles devem fundar-se na vida, endereçar-se aos indivíduos com a linguagem da evidência³⁵. Isso significa que só a prática diária é capaz de responder às questões que são colocadas diante de nós. A dificuldade reside em descobrir como a normatização do mundo poderá se adequar à realidade sem submeter a política à ética ou vice-versa. O problema é saber até que ponto certas atitudes podem ser consideradas ilegais ou entram em conflito com o conceito (puro) de moral. Quando falamos em democratização da informação, como foi visto mais acima, estamos inclinados a pensar na quantidade de usuários a transmitir um determinado volume de dados que chega a toda parte do mundo em questão de segundos.

Essa perspectiva encontra-se no centro das preocupações de muitos estudiosos das sociedades informatizadas. Adam Shaff, por exemplo, um “marxista convicto” como ele mesmo se expressa, acredita que “a informática abre novas perspectivas para a democracia direta(...)porque torna possível estender a instituição do referendun popular em escala sem precedentes³⁶. Dessa forma, não haverá mais qualquer tipo de obstáculo para que a democracia direta como instituição permanente possa realizar seus objetivos.³⁷ É inegável que essa forma de procedimento (a democracia informacional) é imprescindível para a horizontalidade da comunicação. Contudo não é o



bastante, visto que predomina, nos meios de comunicação, uma espécie de informação destinada ao comércio. O mercado tem sido o alvo prioritário* dos usuários do sistema de computação; o produto sua principal religião. Só através de mecanismos mais ousados é possível romper com essa rede especificamente produtivista e integrá-la num processo democrático e social.

Em seu trabalho citado mais acima, Claudio Katz indica como a informática pode corresponder a um determinado grau de socialização da produção, oposta à propriedade privada. Refere-se ele aos fenômenos detectáveis no aparecimento dos PCs - os *hackers*.* O aparecimento dessa espécie de “pirataria” tem sido associada, geralmente, à fraude e à invasão da privacidade. A espionagem e a intrusão indevida na rede, com o objetivo exclusivo de danificar aparelhos de computadores através da disseminação de vírus etc., são aspectos negativos que não invalidam a hipótese de democratizar o processo por meios pouco convencionais. O que se tem em mente, é óbvio, não é utilizar o canal de informações hoje disponível a qualquer um que possua um micro em casa para promover uma espécie de desordem no sistema. Ao contrário, a intenção é apenas de absorver os efeitos benéficos do modelo criado pelos *hackers*. “O nascimento da computação massiva – sustenta Katz – não foi impulsionado diretamente pela busca de maiores ganhos”.³⁸

Segundo Katz, por volta da década de setenta, algumas pequenas empresas americanas, na Califórnia, estavam integradas às sociedades de aficcionados que se esforçavam por obter, por meio da informática, uma democratização da vida política nos Estados Unidos. O PC teria nascido, portanto, de um “clube de programadores caseiros” que assustavam a IBM e o Pentágono.³⁹ Embora os ideais cooperativos primitivos de universalização da informática tenham se desviados, nos anos oitenta, a *idéia*, em si, persiste, à medida que a forma agressiva do tipo “pirataria” pode ser “apropriada” para fins democráticos. Sabe-se que os “*hackers* expressam um tipo de conflito entre o capitalismo e a informática, e o objetivo inicial dessa manifestação espontânea era a inovação, um escopo movido pelo espírito da curi-

osidade e da descoberta. A intervenção nos sistemas internos das corporações - da NASA e do Pentágono, por exemplo - não tinha caráter comercial, mas sua finalidade era a aventura, o propósito de “compartilhar do universo comum das invenções informáticas”⁴⁰.

O uso da informática como uma espécie de *contracomunicação paralela* ao circuito oficial de comunicação, tanto governamental como comercial, pôde ser demonstrado na greve das universidades públicas federais do primeiro semestre de 1998. A implantação da chamada *passseata cibernética*, modelo criativo de um sistema de informações independente, comprovou a possibilidade de alternativas democráticas e “*legais*” ao princípio dominante do conceito de informação, estendendo o conhecimento ao maior número possível de participantes. O alcance da inovação foi maior do que o esperado; a tradicional revista inglesa, *The Economist*, noticiou a paralisação dos docentes brasileiros, o que, em outras circunstâncias, poderia ser algo inteiramente desprezível (ou ignorado) para certos órgãos de imprensa.⁴¹ A descoberta de mecanismos novos e originais para a democratização da tecnologia revela a existência de um vasto campo de aplicação para a democratização da ciência e, em consequência, da sociedade, porquanto o conhecimento pode alcançar uma variedade de povos e nações num reduzido espaço de tempo. Esse novo *ethos* da informação é apenas um complemento daquilo que Norberto Bobbio chamou de quantificação da democracia no espaço político, isto é, levar o processo de decisões ao maior número de instâncias disponíveis numa sociedade.

Difícilmente, porém, a realização de uma nova ética se dará no âmbito do atual sistema de valores, embora seus pressupostos devam ser construídos ainda em seu interior. Kant não se deu conta de que sua fórmula “universal” para a emancipação humana não poderia se concretizar nos marcos de um sistema que utiliza o homem como puro meio. Não obstante sua máxima permanecer formalmente válida ainda hoje – a política também se faz com postulados e princípios morais –, não podemos ser ingênuos a ponto de acreditar que é apenas com “*boa vontade*”, com boas intenções

que os problemas serão resolvidos. A solução, como tentei demonstrar, encontra-se na superação do *ethos* da sociedade capitalista pelos processos acima indicados. Essa superação, contudo, será inexequível observando-se exclusivamente preceitos morais.

A política joga, neste caso, um papel fundamental, especialmente se levarmos em consideração os modernos movimentos sociais. O sociólogo inglês, Anthony Giddens, percebeu que os movimentos trabalhistas são ainda de grande relevância para a superação do sistema político e econômico sob o qual vivemos. Mas ir “além” dele requer a concorrência de outro aliados, outras formas de movimentos sociais que possam desafiar os problemas que se encontram no centro da sociedade contemporânea.⁴² Giddens tem uma certa razão, porquanto as mudanças operadas nas relações de trabalho produziram novos modelos de subjetividade e os sindicatos e partidos já não respondem com suficiente eficácia às demandas da época pós-moderna. Isso implica a necessidade de um indispensável vínculo entre ética e política, em que a primeira oferece princípios morais (a técnica e a economia devem ser utilizadas em função do homem e não o inverso) mas não age sozinha.

A “normatização do mundo” não se transforma em “objetivação” sem a prática. Certamente não podemos estar seguros de realizar plenamente os princípios morais postulados pela contemporaneidade, à medida que eles só podem fundar-se na vida, como já foi visto, no cotidiano. A única coisa que se pode garantir é que política, ética e tecnologia, desse modo, tendem formar uma aliança perfeita para o desenvolvimento e superação da sociedade pós-moderna e oferecer, igualmente, a ela, uma referência social e um novo *ethos* como parâmetros para o futuro da humanidade.

NOTAS

¹ Em um estudo estatisticamente documentado, o professor da Universidade John Hopkins, Vicente Navarro, descreve como o ex-presidente norte-americano Ronald Reagan redimensionou os mecanismos de intervenção estatais, eliminando os gastos públicos nas áreas sociais, transferindo-os

maciçamente para a esfera militar. Cf. Vivente Navarro, “*Welfare* e Keynesianismo Militarista na Era Reagan”, *Revista Lua Nova*, n. 24, set, 1991, p. 205. Entre nós, seguindo as recomendações estipuladas pelo Consenso de Washington, o governo brasileiro tem cortado, sistematicamente, os investimentos em áreas de interesse social e de situação crítica – é o suficiente mencionar o desvio das verbas destinadas ao combate à seca, o que gerou os saques no Nordeste, em meados de 1998 -, embora lance mão do dinheiro público para auxiliar as dificuldades existentes nos estabelecimentos bancários decorrentes de aplicações financeiras mal sucedidas.

² Perry Anderson, *O Fim da História. De Hegel a Fukuyama*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992, p. 110.

³ Embora tenha aumentado o número de pessoas beneficiadas pelo desenvolvimento tecnológico, uma grande percentagem de cidadãos das sociedades afluentes permanece, ainda, sem usufruir desses benefícios. Esse quadro era reconhecido, até o início desta década, tanto por críticos como por apologistas do sistema capitalista de mercado livre. A situação, porém, mudou significativamente nos últimos tempos, particularmente após a crise econômica mundial dos dias correntes.

⁴ Thomas Hobbes, *De Cive*, Petrópolis, Vozes, 1993, p. 276, e *Leviathan*, edição de C. B. Macpherson, Harmondsworth, Penguin Books, 1985, p. 378.

⁵ Cf. Quentin Skinner, *Reason and Rhetoric in the Philosophy of Hobbes*, Cambridge, Cambridge University Press, 1996, pp. 215-216 e 303.

⁶ Cf. Elvira Battaglia Susco, “Una aproximación a la hipótesis Hobbesiana del estado de naturaleza aplicada a la área de las relaciones internacionales”, *Revista Occidental: estudios latinoamericanos*, Ano 8, n. 1, 1991, p. 88.

⁷ Cf. Herbert Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, Rio de Janeiro, Zahar, 1967, p. 43.



⁸ Cf. Karl Marx, *Elementos Fundamentales para la Crítica de la Economía Política (Grundrisse)*, 1857-1858, México, Siglo XXI, 1987, Vol. 2, p. 231. Opinião semelhante tem um conhecido economista americano: “o sistema de consumo fez com que o tempo livre empurrasse o trabalhador para uma jornada de trabalho ainda maior”. John Kenneth Galbraith, *O Novo Estado Industrial*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, pp. 394 e 396.

⁹ Cf. Jacques Ellul, *The Technological Society*, Nova York, Vintage Books, 1964, p. 4.

¹⁰ Citado por Ellul, *Ibid*, p. 5.

¹¹ Theodor Adorno e Max Horkheimer, *Dialética do Esclarecimento*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985, pp. 40 e 41.

¹² *Ibid*, p. 40.

¹³ *Ibid*, p. 114.

¹⁴ Marcuse, *A Ideologia da Sociedade Industrial*, p. 142.

¹⁵ Alan Russel, “Generic technology and change in the global political economy”, in Michael Taladay, Chris Farrands e Roger Tooze (orgs), *Technology, Culture and Competitiveness. Change and the world political economy*, Londres, Routledge, 1997, p. 43.

¹⁶ *Ibid*, p. 45.

¹⁷ Cf. Octávio Ianni, “O Mundo do Trabalho”, *São Paulo em Perspectiva*, Vol. 8, n. 1, jan-mar, 1994, pp. 5-6.

¹⁸ Cf. Noam Chomsky, *Segredos, Mentiras e Democracia*, Brasília, Editora da UnB, 1997, p. 82: “As empresas podem funcionar através das fronteiras, mas não os sindicatos; assim, não há como a massa de trabalhadores reagir contra a internacionalização da produção. O efeito líquido esperado é a redução da renda e do patrimônio da maioria das pessoas...”.

¹⁹ Ianni, “O Mundo do Trabalho”, *Ibid*, p. 4.

²⁰ José J. Queiroz, “A crise da modernidade no limiar do pós-moderno”, in José Queiroz, Paulo Singer et al, *Modernidade, Globalização e Exclusão*, São Paulo, USF/Editora Imaginário, 1996, pp. 12-13.

²¹ Cf. *The Economist*, 11-17 de fevereiro de 1995.

²² Claudio Katz, “Sete Teses sobre as Novas Tecnologias da Informação”, in Claudio Katz e Osvaldo Coggiola, *Neoliberalismo ou Crise do Capital?*, São Paulo, Xamã, 1995, p. 84.

²³ *Ibid*, p. 84.

²⁴ Evidentemente, a crise do trabalho é mais abrangente e mais complexa do que o problema do desemprego. Ela tem suas raízes nas modificações operadas nas atividades produtivas, onde o desenvolvimento das ações humanas não está concentrado exclusivamente no âmbito da industrialização. Uma nova esfera do trabalho vem identificando mecanismos sociais diferentes daqueles conhecidos nas sociedades *fordistas*, diversificando o *topos* das atividades trabalhistas – onde o pólo principal é a arena de serviços, particularmente o campo do conhecimento -, implementando, até mesmo, um novo tipo de racionalidade. No entanto, não é nosso propósito, neste trabalho, desenvolver uma análise extensa e detalhada do problema.

²⁵ Katz, “Sete teses...”, p. 86.

²⁶ *Ibid*, p. 86. Se bem que a análise de Katz esteja correta, em suas linhas gerais, isso não significa que a informática *também* não seja fator de desemprego. A própria velocidade com que a informação atinge todo o planeta já é suficiente para provocar pânico nas empresas e demissões. O instrumento, isto é, o *meio*, termina por transformar-se, igualmente, num *fim*.

²⁷ Cf. Michel Berry, “Além das máquinas, mudar também os modos de organização e administração”, in Nicolas Witkowski (coord), *Ciência e Tecnologia Hoje*, São Paulo, Ensaio, 1995, p. 46.

²⁸ *Ibid*, p. 46.



²⁹ Guy Lacroix, “Informática, Democracia, Liberdade”, in Witkowski, *Ibid*, p. 130.

³⁰ Pierre Calame, “Defesa de uma Redistribuição dos Saberes”, in Witkowski, *Ibid*, pp. 176-177.

³¹ Calame, *Ibid*, p. 178.

³² Lacroix, in Witkowski, *Ibid*, p. 130.

³³ Adolfo Sánchez Vázquez, *Ética*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1989, particularmente as pp. 76-80. A edição original mexicana data de 1969.

³⁴ Agnes Heller, “A herança da ética marxiana”, in Eric Hobsbawm (org), *História do Marxismo. O Marxismo Hoje*, Segunda Parte, Rio de Janeiro, Paz e Tera, 1989, p. 127.

³⁵ *Ibid*, p. 127.

³⁶ Adam Shaff, *A Sociedade Informática*, São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1991, p. 69.

³⁷ *Ibid*, p. 69.

* O próprio Shaff, apesar do seu otimismo, chama atenção para os riscos decorrentes desse processo de democratização da informática. A revolução informacional “de modo algum nos conduz automaticamente a formas superiores de democracia”, diz ele, “e, sob certas circunstâncias pode conduzir a uma negação total da democracia”. O que Shaff quis dizer com isso é que as classes proprietárias recorrem a uma espécie de “fúria” extraordinária – como na época do fascismo, por exemplo – quando seu poder encontra-se ameaçado. Por isso, e a despeito das possibilidades abertas pelo

sistema de informação, o processo democrático exige uma mobilização das forças políticas e sensibilização das massas para fazer frente ao regime vigente. Cf. Shaff, *Ibid*, p. 59.

* *Hacker* é a expressão utilizada, em língua inglesa, para denominar um tipo de usuário de computadores que entra nos sistemas internos de instituições públicas ou privadas de forma considerada ilegal. A tradução comumente utilizada no idioma português para o termo é *pirata*.

³⁸ Cf. Katz, *Neoliberalismo...* p. 102.

³⁹ *Ibid*, p. 102.

* Utilizo o termo *apropriação* na acepção já estabelecida pelos teóricos da estética da recepção, de que uma obra - ou um sistema - pode ser absorvida pelo ouvinte ou leitor no sentido de modificá-la, ampliá-la e desenvolvê-la, tornando-se o leitor um novo autor, conferindo-lhe, simultaneamente, uma existência atual. Cf. Harold Bloom, *A Angústia da Influência*, Rio de Janeiro, Imago, 1991. pp. 43 e 106, e Hans Robert Jauss, *A História da Literatura Como Provocação à Teoria Literária*, São Paulo, Ática, 1994, p. 25.

⁴⁰ Cf. Katz, *Neoliberalismo...*, pp. 103-104.

⁴¹ A criação desse canal de informação não se resumiu às instituições jornalísticas. Intelectuais de organizações latino-americanas tiveram amplo acesso à informação, conforme atestam as moções de solidariedade recebidas por meio da Internet.

⁴² Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade*, São Paulo, Unesp, 1991, p. 158.

